

ANÁLISE DE ABORDAGENS CONCORRENTES SOBRE INDUSTRIALIZAÇÃO, TERRITÓRIO E POLÍTICAS ECONÔMICAS

EDILSON PEREIRA JÚNIOR¹
edilsonapjr@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir questões atinentes ao território e às teorias que pensam a mobilidade dos capitais a partir de diferentes linhas de interpretação, não deixando de tratar temas como as localizações das atividades econômicas; o papel do Estado como agente de conformação do ordenamento espacial e a influência das motivações políticas na formação de zonas industriais de maior articulação urbano regional. Para tanto, procura contrapor ideias de uma abordagem considerada *de equilíbrio* e outra pautada nos preceitos da *diferenciação espacial*, realizando um exercício crítico de diferenciação através de componentes apreendidos numa primeira validação empírica, qual seja, a mais recente política de industrialização no Estado do Ceará. Face aos destaques dados aos agentes concretos e aos processos estruturantes, propõe maior atenção à investigação espacial transescalar, reconhecendo a importância de se analisar o território como produto e condicionante dos processos econômicos.

Palavras-chave: Abordagens do equilíbrio e do desenvolvimento desigual; território e políticas econômicas.

INDUSTRIALIZATION, TERRITORY AND ECONOMIC POLICY – ANALYSIS OF APPROACHES CONCURRENT

ABSTRACT

This work discusses issues pertaining to the territory and the theories that think the mobility of people and capital from different lines of interpretation, while addressing issues such as the locations of economic activities, the role of the state as an agent of the conformation spatial planning and the influence of political motivations in the formation of zones of greater regional urban articulation. Thus, opposing ideas search for a considered approach to balance and other requirements based on the uneven space, performing a critical exercise of differentiation through components seized in the first empirical validation, that is, the more recent policy of industrialization in the State of Ceará. Given the emphasis given to specific agents and structuring processes, proposes greater emphasis on multiscale space research, recognizing the importance of considering the territory as a condition of product and economic processes.

Keyword: Approaches to balance and uneven development, territory and economic policies.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – ProPGeo/UECE e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP Presidente Prudente.

APROCHES DES CONCURRENTS SUR L'INDUSTRIALISATION ET TERRITOIRE ET POLITIQUES ÉCONOMIQUES

RESUMÉ

Ce document aborde les questions relatives au territoire et aux théories qui pensent que la mobilité du capital de différentes lignes d'interprétation, tout en traitant de questions telles que l'emplacement des activités économiques, le rôle de l'Etat comme un agent de la conformation spatiale et influence des motivations politiques dans la formation de zones industrielles de plus grande coordination régionale urbain. Dans cette analyse, les idées compteur d'une approche équilibrée est prise et un autre a jugé les préceptes de la différenciation spatiale, effectuer un exercice de composants critiques saisi différenciation par une première validation empirique, c'est-à-dire la dernière politique d'industrialisation dans l'état de Ceará. Compte tenu de ces données met en évidence les agents concrets et des processus de structuration, propose une plus grande attention à transescalar recherche spatiale, tout en reconnaissant l'importance d'analyser le territoire comme un produit de processus économiques et de conditionnement.

Mots-clés: Approches d'équilibre et de développement inégal, le territoire et les politiques économiques.

INTRODUÇÃO

O novo sistema de gestão e organização da produção industrial, desenvolvido nas economias mais avançadas do capitalismo, é um sistema de racionalização que concede à produção um controle do tempo, da quantidade exata e do trabalho a ser gasto em sua realização, possibilitando o estabelecimento de conexões diversas entre diferentes domínios do processo produtivo. Pensar esse mais novo processo de industrialização implica em pensar a chegada de uma nova ordem que não mais prioriza os componentes sociais e econômicos diretamente ligados aos valores tradicionais anteriormente hegemônicos.

Uma nova organização territorial se materializa com base nessa industrialização que se processa, intensificando outra lógica de aglomeração, acessibilidade, hierarquização, competitividade, interação, deslocamento e funcionalidade, responsável por um ordenamento que vai atender às necessidades da produção, circulação e consumo de riquezas. Na medida em que expressa crescimento econômico e redistribui uma gama de atividades, o processo redefine o consumo do espaço, remetendo à organização territorial um conjunto de articulações definidas em função das relações de submissão e comando, concretizadas nas mais diversas escalas a partir de um intenso fluxo de pessoas e objetos.

Mas como a produção teórica vem tratando essas questões? Como articular industrialização, território e novo arranjo espacial da indústria, com base nos apontamentos teóricos surgidos em tempos de capitalismo tardio? Levantar algumas questões acerca desse tema a partir das ideias de alguns autores em economia espacial e geografia é o objetivo desse texto. Com tal intuito, serão levados em consideração, sobretudo, os componentes apreendidos a partir de uma primeira validação empírica de um objeto específico de pesquisa, qual seja, a mais recente política de industrialização no Estado do Ceará.

A PROBLEMÁTICA TEÓRICA E O ESTUDO DA MOBILIDADE DO CAPITAL A PARTIR DE POLÍTICAS ECONÔMICAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO

O Estado do Ceará, nas duas últimas décadas, vem sofrendo expressivo impacto na ordem territorial, resultado da inserção de uma lógica diferenciada, caracterizada pela ação mais intensa do padrão racionalista de produção e consumo de riquezas. Tal transformação se tornou possível a partir da emergência de um novo paradigma político, imbuído de uma racionalidade econômica de orientação capitalista, responsável por selecionar a indústria moderna como principal vetor de desenvolvimento.

O processo gradativamente evidenciou a materialização de novos investimentos industriais e o que se observou a partir de então foi a superação do tradicional ordenamento econômico, na qual a antiga proeminência da atividade agropecuária abriu espaço para uma economia moderna. A dinâmica redefiniu a produção do território, cada vez mais marcado pelos impactos das inovações tecnológicas e flexíveis, mas também preservou antigos padrões produtivos de racionalidade, sobretudo aqueles interessados em costurar uma nova trama na divisão territorial do trabalho, expandindo modelos de produção em série para os lugares anteriormente não inseridos numa determinação fordista.

A montagem deste ambiente propício para o pleno desenvolvimento da atividade industrial aparece como prioridade da nova organização política que assumiu o poder em meados da década de 1980, para a qual, o discurso de superação das práticas políticas tradicionais, que tinham como base o clientelismo e o privilégio nas relações econômicas, surgiu como prioridade. Legitimaram-se propostas e discursos interessados em substituir as tais práticas conservadoras por um sistema marcado pela racionalidade capitalista, que representasse os anseios de uma classe empresarial emergente.

Assim, o Governo do Ceará, usando de incentivos fiscais e da modernização da infraestrutura, ampliou as condições para o crescimento da atividade industrial e da inserção de grandes empresas de capital internacional e nacional no território, garantindo a migração de investimentos para cidades sem nenhuma tradição industrial, principalmente a partir da década de 1990.

Desse modo, municípios que tinham sua vida econômica sustentada pela agricultura de subsistência e o comércio tradicional passaram a conviver com um novo vetor de desenvolvimento, calcado na atividade industrial, que impôs um rearranjo nas temporalidades e na organização do espaço urbano regional. Isso transformou o velho quadro de organização espacial urbana, redefinindo a dinâmica econômica de muitas cidades, as quais sofreram mudanças no ordenamento territorial e na capacidade de gerar e acumular riquezas, implicando num crescimento econômico e na ampliação dos objetos e dos fluxos da indústria moderna.

A partir do exposto, o exemplo cearense abre possibilidades para refletirmos acerca de algumas matrizes teóricas que pensam a economia espacial, a geografia econômica e os estudos urbanos a partir de leis e princípios gerais de validade universal, proporcionando instrumentos teórico-metodológicos que venham a contribuir na leitura de fenômenos como o supracitado.

Nossa intenção é contrapor, resumidamente, duas grandes abordagens de interpretação e, por seu turno, mesmo ao considerar os limites impostos pelo tamanho do presente texto, procurar entender qual delas melhor explicita o processo destacado. Um dos principais objetivos também é indicar o quanto a dimensão territorial parece ter prescindido de formulação teórica, em especial em estudos de economia industrial que interpretam a boa alocação dos recursos e dos capitais a partir da Teoria das Vantagens Comparativas.

A justificativa estaria no fato da análise econômica formal se basear em preceitos que supervalorizam o papel da eficiência e do custo para os investimentos, tendo como ponto central a inesgotável questão do valor (CLEMENTE, 1992). Como tal abordagem valoriza a formulação de leis e princípios excessivamente abstratos, o papel do tempo e do território geralmente é negligenciado. Com base neste enfoque, quando muito, o tempo é incorporado a partir de modelos estatísticos dinâmicos. Já com relação ao território, talvez pela sua dimensão mais “palpável”, geralmente é trabalhado a partir de um exercício de descrição da experiência, parecendo desnecessário a realização de um maior esforço de elaboração teórica. Vejamos como as duas grandes linhas de interpretação escolhidas tratam deste e de outros assuntos mais prementes para o estudo selecionado.

O DUPLO CONJUNTO DE ABORDAGENS SOBRE A MOBILIDADE DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO CEARÁ

A análise sobre a mobilidade dos capitais já vem sendo motivo de estudos diversos, e em geral, a história do conhecimento sobre a capacidade de instalação e realocação dos investimentos industriais e da economia do comércio e dos serviços urbanos mostra que os diferentes enfoques explicativos estão longe de encontrar alguma convergência.

Numa síntese sobre os enfoques de estruturação do espaço industrial e urbano, destacaríamos, para interpretar o exemplo do Ceará, um conjunto de preceitos fundamentados numa *abordagem do equilíbrio* e outro mais ligado a uma *abordagem da diferenciação espacial*. Em termos gerais, percebemos que as duas abordagens podem oferecer um quadro explicativo sobre a questão da instalação de fábricas industriais no Ceará, bem como para as recentes mudanças materializadas no seu quadro social e econômico.

Entretanto, como as abordagens não convergem e na maioria das vezes suscitam pontos de controvérsia acerca dos caminhos seguidos pela escolha locacional de investimentos e da mobilidade do capital e do trabalho, um exercício crítico de diferenciação das suas linhas de interpretação se faz necessário.

IMPRESSÕES ACERCA DA ABORDAGEM DO EQUILÍBRIO NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO SUBSIDIADA

No primeiro caso temos uma estruturação territorial interpretada como o resultado da ação de decisões individuais (pessoas ou empresas) interagindo dentro de um ambiente institucional definido pelo funcionamento de um mercado livre (neutro e perfeito) e pela ação equidistante do Estado em relação aos agentes envolvidos.

Ao tratarmos de uma linha de pensamento que leve em consideração essa abordagem para o estudo da industrialização cearense, temos mais dificuldade em encontrar uma associação direta, em razão principalmente da negligência para com algumas questões, as quais se apresentam elementares no desenvolvimento de nossa análise empírica, a citar, como exemplo, a participação do Estado e o papel da concorrência desigual capitalista em nível nacional e/ou global.

No entanto, quando nos centramos nos componentes de localização pontual da indústria subsidiada no Ceará, alguns modelos de distribuição dos estabelecimentos no espaço urbano regional facilitam a leitura da realidade. É claro que não estamos falando das propostas de autores clássicos como Weber, Lösch e Christaller, que utilizaram modelos de crescimento estáticos, refletindo circuitos econômicos rígidos e estacionários. Como afirmam Aydalot (1980) e Manzagol (1985), tais modelos se prenderam a uma abordagem que buscava a aplicação pura e simples de mecanismos de ajustamento do equilíbrio, com base num sistema econômico *laissez-faire*. Este enfoque teve importância na produção da geografia econômica e da economia espacial por muitos anos, mas seu poder de análise já se mostrou superado.

Estamos mesmo nos referindo à proposta da nova economia espacial neoclássica e em especial a contribuição de autores como Richardson, Krugman, Fujita, Venables, entre outros, que, a nosso ver, são representativos de algumas mudanças, avançando em determinados pontos. Enfatizamos em Richardson (1978), por exemplo, a busca da construção de modelos gerais, interessados em fugir da mera descrição empírica e responsáveis por introduzirem referenciais lógicos, com base em conhecimentos descritivos, adquiridos por sofisticadas técnicas estatísticas e de conceituação.

No estudo sobre a disposição e a localização de investimentos, por exemplo, os comentários do autor ilustram certa preocupação com os vetores que poderiam ser considerados no que concerne à formação de aglomerados. Apesar do procedimento convencional em teoria econômica, responsável por produzir uma realidade de fatos estilizados com hipóteses simplificadas, o olhar sobre as mudanças no espaço industrial e urbano regional deve usar modelos parciais, construídos a partir de suposições possíveis de serem redefinidas, num ambiente de múltiplas dimensões.

Para Richardson (1978, p. 03),

a economia urbana precisa, para ser entendida, ser concebida em mais dimensões do que é comum na maioria das especialidades de análise econômica. Não podemos compreendê-las através de modelos estáticos de recursos que determinam a combinação ótima de fatores em um mundo sem espaço, nem tempo.

Em um livro mais recente, Fujita, Krugman e Venables (2002) também pensam a localização industrial e a economia espacial a partir de modelos complexos previamente estabelecidos. Com base numa crítica à negligência dada pela ciência econômica aos assuntos de escolha locacional das empresas e das famílias investidoras, os autores comemoram o renascimento dos trabalhos teóricos e empíricos em relação aos aspectos espaciais da economia, destacando a importância da construção de muitos modelos que podem ser vistos como variações de alguns temas principais, na perspectiva de desenvolver mesmo uma “gramática” comum para discutir ampla variedade de assuntos.

Enfatizam a necessidade cada vez maior que a geografia econômica tem de explicar as concentrações populacionais e as atividades de produção e consumo, bem como a distinção entre regiões industriais e agrícolas, a existência de cidades mais ou menos importantes e a aglomeração das indústrias.

Segundo os autores destacados (2002, p. 18),

todas essas concentrações se formam e sobrevivem devido a algum tipo de economia de aglomeração, na qual a concentração espacial em si cria o ambiente economicamente favorável que sustenta uma concentração ainda maior ou continuada.

O ponto forte da investigação seria modelar as fontes de retornos crescentes em relação à concentração territorial e, a partir daí, aprender não só como esses retornos podem mudar, mas como o comportamento da economia mudaria junto com eles.

Roberto Camagni (1991 e 2005), de formação mais heterodoxa, é outro a contribuir na análise econômica industrial e urbana. Camagni não é necessariamente um estudioso neoclássico, haja vista sua intenção em trabalhar temas com base nos mais gerais princípios de organização econômica, em especial a noção de eficiência estática de Marshall; a perspectiva da eficiência dinâmica de Schumpeter; e a valorização do poder e do controle econômico dos recursos de Marx.

Mas o seu interesse em estabelecer modelos gerais no entendimento da estruturação do território e da organização urbana e regional o aproxima de algumas dessas ideias, pelo menos no que tange aos temas aqui destacados.

Em trabalho sobre economia urbana e distribuição territorial dos investimentos (CAMAGNI, 2005), objetiva construir amplo panorama que auxilie na interpretação da realidade econômica, consubstanciada no redesenho dos arranjos urbanos e regionais. Sem desconsiderar as heranças dos estudos em economia espacial, como pode ser observado através da recorrente utilização das propostas de Von Thünen, Losch, Christaller, Hoyt etc, o autor redefine essa leitura, incorporando

novos elementos responsáveis por uma reformulação do “olhar sobre o modelo”, preservando a sua grande importância teórica e enfatizando a necessidade da constante validação empírica.

Com o objetivo de responder acerca de algumas perguntas fundamentais sobre a natureza, a estrutura e as leis de movimento da economia urbana, caminha na interpretação dos grandes princípios de organização territorial, sempre utilizando modelos históricos, sobretudo a partir de uma maior avaliação das noções de aglomeração, acessibilidade, interação espacial, hierarquia e competitividade.

A maior contribuição, a nosso ver, está no fato de analisar o espaço como uma variável instrumental dos processos de otimização, mas também como uma variável dependente sobre a qual condicionam os mesmos processos. Isso faz o autor considerar o território e a cidade como elementos concretos e condicionantes dos processos econômicos, superando a visão que os interpretam como cenários ou simples escenificación de la historia.²

Reconhecemos o esforço dos autores supracitados em enfatizar uma proposta de cruzamento de variáveis gerais no intuito de apresentar padrões úteis de interpretação, mas, sem dúvida, é preciso ir além. Isto nos permite avançar e nos centrarmos numa questão crucial para o exemplo da industrialização do Ceará: talvez o mais importante componente para a materialização do processo em análise, responsável pela iniciativa na atração de pesados investimentos da indústria de transformação, definidora da organização do território e do espaço urbano regional, é simplesmente desconsiderado pela abordagem neoclássica. Estamos falando do papel do Estado no conjunto das decisões de alocação dos estabelecimentos industriais.

Para os neoclássicos, o Estado é neutro e atua de forma indiscriminada dentro de um ambiente formado pelo mais perfeito equilíbrio de mercado. Ora, tal asserção é completamente discrepante para com a organização espacial da indústria no território nacional, principalmente quando se trata da região Nordeste e do novo modelo de industrialização cearense.

Outra limitação está no fato desses autores insistirem em teses sobre a localização dos investimentos a partir dos interesses de barganha. Defendem com frequência que, com base no papel dos custos (dos transportes e do aluguel, por exemplo) e nas escolhas predominantes, é sempre o investidor o maior responsável pela última decisão de instalação do estabelecimento. Na verdade, sabemos que, face aos interesses de alocação ótima de investimentos, muitos componentes precisam ser analisados, em especial o papel dos agentes concretos e dos processos estruturantes, sempre observados num contexto transescalar. Por estes e outros motivos, a abordagem do equilíbrio parece explicar pouco acerca do processo em desenvolvimento

² *“Em realidad, la ciudad desarrolla al mismo tiempo ambos papeles, em um continuo proceso histórico en el cual la ciudad acoge a los agentes de lo nuevo, remunera sus servicios creándoles un espacio en la distribución de la renta, incorpora los procesos de retroacción económicos y sociales, pone en evidencia las consiguientes contradicciones y crea las condiciones para un sucesivo nuevo orden”* (CAMAGNI, 2005, p. 13).

no Ceará, sobretudo por não oferecer elementos suficientes para uma leitura ampla dos fenômenos por nós selecionados.

A ABORDAGEM DA DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL NA LEITURA DA INDUSTRIALIZAÇÃO CEARENSE

Recuperamos então as ideias sugeridas pelo que chamamos de *abordagem da diferenciação espacial*, que enxerga o funcionamento do mercado, entre outros, a partir do conflito estabelecido entre grupos, classes e instituições, considerando de menor importância o papel isolado de investidores ou consumidores. É uma abordagem que enfatiza as noções de desequilíbrio³, funcionamento imperfeito do mercado, interesses políticos e conflitos sociais, não deixando de questionar a equidistância do Estado em relação aos agentes envolvidos no processo.

Ernest Mandel (1982), em uma obra já clássica para a interpretação das transformações capitalistas das últimas décadas, afirma que em virtude da própria natureza das formas de acumulação e distribuição do excedente, toda organização territorial produzida sob a égide desse sistema sobressai como uma estrutura hierárquica de diferentes padrões de produtividade. O desenvolvimento geograficamente desigual, tema tradicional da matriz teórica seguida pelo autor⁴, é então uma parte essencial da espacialidade capitalista, e constitui característica de fundamental importância para o crescimento de suas taxas de acumulação.

Mandel (1982) confirma tal premissa ao analisar o desenvolvimento sofrido pelo capitalismo desde suas origens até a fase atual⁵. Informa que esse modo de produção apresenta múltiplas seqüências de expansão e estagnação nas quais o móvel para a superação das crises será a procura por superlucros, isto é, lucros além da taxa de lucro social média. Assim a busca de superlucros gira sempre em torno de três fontes fundamentais, duas delas primordialmente definidas em torno da diferenciação espacial (subnacional e internacional), e a terceira, em torno do desenvolvimento setorialmente desigual.

Mas embora cada uma dessas fontes alcance uma proeminência particular nas diferentes fases do capitalismo, todas elas estão presentes na história desse modo de produção mantendo entre si ligação estrutural. Como muito bem afirma Mandel (1982, p.73):

É preciso não esquecer que a exploração de regiões agrícolas, a exploração de colônias e semicolônias e a exploração dos ramos de

³ “*Le fonctionnement d'un mode de production décentralisé débouche, dans l'espace intra-national et international, sur la formation d'une structure centre-périphérie qui est à la base du développement inégal des régions comme des nations*” (AYDALOT, 1980, p. 4).

⁴ Mandel (1982) faz parte de uma tradição marxista de interpretação das transformações econômicas, políticas e espaciais da sociedade, cujo maior destaque é a produção, desde o século XIX, de ideias críticas sobre a dinâmica dos ciclos econômicos, as leis de movimento do capital, as desigualdades socioespaciais e a emergência de uma racionalidade tecnológica como nova “ideologia” dominante.

⁵ O Autor (1982), ao organizar uma periodização para o capitalismo, distingue três fases na história do sistema. São elas: a de livre-concorrência (até o final do século XIX); a do imperialismo clássico (até as depressões do entre-guerras); e a do capitalismo tardio (a partir do pós-guerra).

produção tecnicamente menos desenvolvidos não se limitam a sucederem-se temporalmente como fontes principais de superlucros, mas que, além disso, coexistem lado a lado em cada uma das três fases do modo de produção capitalista.

Philippe Aydalot (1980), que parte de uma abordagem teórica diferenciada⁶, acrescenta outra ideia à noção de diferenciação produtiva e território. Para ele o espaço e sua organização econômica desigual devem ser interpretados como um quadro de mobilidades multiescalares que se estruturam, pois quando abandonamos uma visão de mundo pautada no equilíbrio de mercado, os deslocamentos passam a ter um lugar central. Neste caso, toda análise de mobilidade é uma análise de desequilíbrios e aparece sempre ligada a fenômenos de disparidades.

A partir de uma visão de desigualdade espacial e da capacidade de mobilidade assumida pelos capitais, fatores como vantagens obtidas com o barateamento da força de trabalho, avanços na capacidade produtiva e decisões técnicas e tecnológicas atraentes se tornam fundamentais para garantir aos territórios uma abertura para os investimentos que se expandem⁷.

Trata-se também de uma valorização da dimensão territorial de investigação das mudanças capitalistas. Para Aydalot (1980), a mobilidade das atividades econômicas constitui mecanismo de ajustamento dos sistemas econômicos e seu estudo permite estabelecer relação de proximidade entre análise econômica geral e análise espacial. Na concepção do autor, tal abordagem não permite apenas acrescentar a um modelo global um apêndice espacial, mas o contrário considera os ajustamentos espaciais como mecanismos que desempenham papel determinante nas decisões sobre a organização e a distribuição dos investimentos.

No âmbito desses direcionamentos teóricos, que utilizam uma abordagem socioeconômica com base na diferenciação espacial, o Estado entraria como importante agente capaz de intervir com mais veemência no sentido de disciplinar os deslocamentos e a reprodução ampliada das riquezas. Por meio da administração das contradições sociais, mas, sobretudo, possibilitando melhor arranjo de produtividade e flexibilidade ao processo de trabalho, o Estado se impõe como instância institucional imprescindível para disciplinar os ganhos proporcionados pelo desenvolvimento setorialmente desigual, até mesmo articulando a mobilidade de setores da economia para territórios onde o barateamento dos custos da mão de obra é significativo.

⁶ Philippe Aydalot é responsável pela criação do GREMI (sigla em francês para Grupo de Pesquisa Europeu sobre os Meios Inovadores), que desenvolve reflexões sobre inovação tecnológica e sistemas produtivos territorialmente delimitados. Os trabalhos do grupo se assentam no papel atribuído ao território nos processos de inovação localizada, em que está implícito o estudo das relações interempresariais e das formas de coordenação territorial e institucional como princípio de orientação para promover a inovação tecnológica ou a constituição de um quadro de aprendizagem localizada (AYDALOT, 1980 e 1985).

⁷ *“La répartition spatiale de l’investissement n’est plus alors que la résultante des décisions de mobilité des activités qui sont les seules essentielles”* (AYDALOT, 1980, p. 17).

Sob tal perspectiva, o Estado não teria o papel de árbitro neutro e passivo, mas, pelo contrário, seria um ativo agente. Sob a forma de políticas de desenvolvimento e/ou de planejamento territorial e regional, o Estado age de maneira estratégica porquanto também atrai investimentos por meio de financiamentos, isenções fiscais, montagem de infraestrutura e oferta de serviços, sempre elegendo prioridades no que concerne aos tipos de capitais e sua distribuição pelo território.

Para o exemplo empírico enfatiza neste artigo, a concepção que enfatiza o papel do Estado e das forças que movimentam as relações sociais de produção se apresenta de maneira mais eficiente. A industrialização do Ceará evidencia que as motivações reais que induzem o processo de acumulação de capital, assim como as decisões sobre o ambiente ideal de alocação dos investimentos, muitas vezes escondem-se sob formulações políticas, sendo essas apresentadas como objetivos sociais a fim de obter efeitos em nível ideológico.

Por isso é preciso sempre enfatizar o quanto a discussão sobre a industrialização no Ceará perpassa pela análise da desigualdade territorial e pelas políticas de desenvolvimento capitalista (PEREIRA JÚNIOR, 2011 e 2012), o que concede à dinamização da atividade industrial um caráter de discussão político-governamental. A participação do governo a partir dos planos de desenvolvimento foi fundamental na atração de investimentos ligados às empresas industriais, em alguns casos relegando a segundo plano outros fatores que as teorias tradicionais de localização industrial e urbana consideram imprescindíveis, como um mercado dinâmico ou um eficiente sistema de transporte.

É por isso que concordamos com Fischer (2008), quando o mesmo insiste em selecionar o Estado como um dos principais agentes de conformação do ordenamento territorial e das atividades econômicas, sobretudo quando nos referimos aos preceitos de localização das muitas fábricas industriais, formadores de zonas industriais. Segundo o autor (2008, p. 54), a grande zona industrial é de modo predominante, “concebida como indispensável ponto de apoio das diversas políticas espaciais e como meio para aumentar a eficácia das intervenções setoriais concomitantes conduzidas no nível dos ramos de atividades”.

Tais zonas industriais podem, ou representar um meio utilizado pelo Estado para auxiliar certas coletividades locais, reforçando o potencial econômico e as funções centrais de cada território, ou funcionar como um instrumento de seleção e segregação espacial, permitindo ao poder público simplificar o plano e as modalidades de atribuição de auxílios às coletividades (FISCHER, 2008).

Para o estudo da industrialização do Ceará, não poderíamos desconhecer a combinação dos fatores que determinam a instalação dos investimentos industriais. Nesta seleção influem, obviamente, além dos custos e eficiência dos transportes, o custo de energia e água e o preço do terreno, entre outros. No entanto, interpretar a escolha locacional das empresas somente pelos fatores supracitados, significaria trabalhar numa

perspectiva que enxerga o mercado livre e ausente de ações político-econômicas conjunturais, uma observação que desconsidera as práticas sócio-políticas e as estruturas históricas.

Com a ajuda da abordagem da diferenciação espacial, fortalecemos a noção segundo a qual a proposição de modelos para a localização industrial e urbana não funcionam para explicar a dinâmica de industrialização do Ceará. À noção de crescimento estático e à visão de agentes políticos e territórios inanimados, contrapomos a visão de desequilíbrio, para os quais os seres humanos e os territórios não se apresentam apenas como instrumentos de ajustamento de custos ou interesses econômicos individuais ou corporativos.

No âmbito da reestruturação produtiva, por exemplo, as novas possibilidades de controle flexível do processo global de produção industrial realizam-se, unicamente, em função dos diferentes papéis dos territórios frente à difusão da inovação e à aplicação das normas correspondentes. Face à uma nova racionalização dos sistemas produtivos na indústria, dá-se, simultaneamente, uma instrumentalização do território, transformado em mecanismo da racionalidade industrial. Entretanto, essa instrumentalização só se afirma se o território o permitir, ao responder positivamente às intencionalidades externas com a sistematização convergente das formas e das políticas, o que certamente não se fará de maneira homogênea por todo o espaço geográfico.

A produção de um “espaço de fluxos”, tão caro às novas estratégias de reestruturação produtiva, dá-se a partir da formação sistêmica de um conjunto de pontos, linhas e manchas que não abrange todos os territórios. O resultado é o acirramento das diferenças geográficas e o aprofundamento de recortes verticais no espaço, gerando maior hierarquização dos territórios destinados à facilitação da fluidez global.

A organização espacial que resulta dessa dinâmica será sempre desigual. Os diferentes territórios que montam as bases de uma arquitetura renovada da globalização reproduzem o princípio da desigualdade como fator essencial da acumulação. O espaço, nesse sentido, em hipótese alguma organiza de maneira equitativa as escalas sociais e econômicas de desenvolvimento.

Essa constatação nos leva de Santos (1999 e 2008) a Mandel (1982), passando por Smith (1988), Soja (1993) e Harvey (2004; 2005 e 2007), e revela, a partir das ideias produzidas por esses autores, que a organização social que articula processos ao longo da história só o faz produzindo diferenças espaciais. Assim, a produção das desigualdades espaciais não explica somente o sentido do desenvolvimento geográfico do capitalismo, mas é condição necessária à sua existência e reprodução. As diferenciações dos processos naturais, mas, principalmente, dos processos políticos, econômicos e sociais no território, constituem os mais importantes fundamentos da acumulação capitalista.

Assim, enfatizamos como determinadas discussões acerca das aglomerações, das interações espaciais e das hierarquizações podem ser limitadas ou generalizadas em excesso,

sobretudo as que trabalham o território como um equilíbrio ótimo onde, por vários períodos, o crescimento industrial aumenta a produção, a tecnologia e o capital em proporções exatamente iguais. Seleccionamos, sobretudo, o conjunto de ideias que revela e contribui; que esclarece e aponta limites; que direciona e ajuda a compreender os caminhos e os descaminhos da investigação urbano industrial na análise contemporânea do território produzido pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES

Na leitura sobre a atual realidade geoeconômica, desenvolvida por teorias que pensam a mobilidade dos trabalhadores e dos capitais pelo território a partir de modelos de equilíbrio, reconhecemos que muitas interpretações permitem enxergar amplo aspecto de fenômenos, entre os quais aqueles que abarcam a estrutura das localizações de atividades específicas e sua área de mercado; a origem e destino dos fluxos de transporte e seus trajetos na cidade e na região; e a distância como dimensão relativa dos centros de uma hierarquia urbana regional.

Tais abordagens emergem da estreita relação entre economia e lógica, que produzem representações do urbano regional sistematizadas a partir de fatores locacionais, residenciais, produtivos, hierarquizados, de densidade e de interação e transporte, sobretudo a partir de modelos que apresentam alguma validade empírica, quando reconhecido o alcance da teoria e percebidos os limites impostos pelas generalizações.

No que concerne ao Ceará, entretanto, as contribuições de uma abordagem do equilíbrio, apesar dos avanços na tentativa de superar a utilização de modelos estáticos e fechados e por procurar considerar os papéis do tempo e do espaço a partir de uma perspectiva mais dinâmica, não se sustentam. Sob a argumentação de não incorrer num relativismo na leitura dos fenômenos econômicos e territoriais, a análise da industrialização não pode se centrar em interpretações que apreendam o espaço simplesmente como pontos ou rede de pontos, resultado de uma relação de fluxos visíveis e resumidos a simples modelos estatísticos de generalizações.

No Ceará, reiteramos que não são apenas as vantagens comparativas que, investigadas unicamente a partir da perspectiva do investidor, irão consolidar empreendimentos de ordem industrial ou urbana. No nosso recorte é preciso esclarecer e interagir os papéis desempenhados pelos mecanismos de produção, pelos agentes administrativos e pelas formas territoriais específicas, apresentando o papel do Estado e das particularidades locais, considerando também elementos não quantificáveis para a formação e/ou reconfiguração dos objetos e dos fluxos, na esteira do mais recente processo de subversão das hierarquias urbanas tradicionais.

Mas, mesmo priorizando a concepção que enxerga a contradição social e o jogo de forças hegemônicas na configuração do arranjo espacial da indústria, definidos neste artigo como abordagem da diferenciação espacial, alguns cuidados precisam ser tomados na análise do território. Junto à ação dos agentes determinantes na desconcentração de capitais industriais de maior influência para a transformação do espaço, é preciso reconhecer a disponibilidade dos

territórios, verificar se os mesmos estão abertos aos referenciais de reestruturação, pois, são os componentes locais de ordenação que garantem a consolidação de novos investimentos. É a partir da disposição desses componentes que acreditamos numa leitura heterodoxa da organização do espaço industrial no Ceará, valorizando, dessa forma, uma interpretação de base crítica, mas compreendendo o papel das particularidades locais, das economias de escala e do próprio território como instrumento condicionante das relações sociais de produção.

Acreditamos na força desse olhar transescalar para contribuir no esclarecimento de arranjos econômicos e circuitos espaciais hoje no Brasil. Num ângulo, consideramos os componentes do capitalismo global, associado ao uso da informação, do avanço das tecnologias e da modernização dos meios de transporte como vetores de materialização dos investimentos. Na escala do território brasileiro e cearense é possível falar de cumplicidade, a assimilação dos componentes externos de acumulação e regulação materializando a convivência dialética no espaço através da oferta de força de trabalho e ação de políticas de facilitação fiscal e tributária. Finalmente, na análise da escala urbana e regional, verificamos as particularidades das indústrias instaladas e a própria peculiaridade da urbanização cearense, caracterizada por forte desigualdade espacial e por possuir uma rede urbana desarticulada, a destacar uma metrópole de expressão e alguns poucos centros urbanos de importante funcionalidade regional.

No Ceará, desse modo, temos componentes que indicam muito mais do que uma simples anexação do território pelos interesses do capital industrial. Os referenciais de aceitação do Estado e dos municípios apresentam um peso tão significativo quanto o movimento de expansão da mais-valia. Sem as vantagens locacionais, políticas e infraestruturais, provavelmente outros aglomerados industriais teriam sido privilegiados no País.

Isso concede ao Ceará um caráter seletivo, compreendido somente a partir de uma visão que preserve a “unidade”, em Milton Santos (1999), articulação imprescindível entre o universal e o particular. Essa seletividade só confirma a necessidade de uma apreensão que se fundamente no todo, ótica que não vê o particular como movimento separado, nem o encara como mero resultado de forças externas.

Dessa forma, ao atentar para a conjuntura que indica uma maior acumulação do capital no espaço brasileiro, mas, sobretudo, reconhecendo os componentes que garantem a sua aceitação no Ceará, podemos afirmar sobre uma reestruturação do espaço industrial cearense, delineada pela nova dinâmica de ordenação do capital e materializada no território, condição, meio e concretização das relações sociais.

REFERÊNCIAS

- AYDALOT, P. *Dynamique spatiale et développement inégal*. 2 ed. Paris: Economica, -1980;
_____. *Economie régionale et urbaine*. Paris: Economica, 1985;
CAMAGNI, Roberto. *Economia urbana*. Barcelona: Antoni Bosch, 2005;

PEREIRA JÚNIOR, E. Produção do espaço urbano e políticas urbanas: uma análise geográfica do centro de Juazeiro do Norte/CE. *Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE*, v. 1, nº1, p. 1-15, dez. 2012. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

- CLEMENTE, Ademir. Economia regional – introdução à economia do espaço geográfico. Curitiba: Editora da UFPR, 1992;
- FISCHER, André. Zonas industriais e estratégias econômicas e espaciais. In: FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini e SPOSITO, Eliseu Savério. Indústria, Ordenamento do Território e Transportes – a contribuição de André Fischer. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008;
- FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony. Economia espacial – urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura, 2002;
- HARVEY, David. Notas hacia una teoria del desarrollo geográfico desigual. Buenos Aires: GeoBaireS. Cuadernos de Geografía, 2007.
- _____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. Espaços de esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (coleção Os economistas).
- MANZAGOL, Claude. Lógica do espaço industrial. São Paulo: DIFEL, 1985;
- PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Território e economia política - intencionalidades e ações do projeto de modernidade no Ceará. In: Messias Modesto dos Passos. (Org.). As novas geografias dos países de Língua Portuguesa. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, v. 1, p. 585-620.
- _____. Território e economia política – uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP, 2011. Tese de Doutorado.
- RICHARDSON, H.W. Economia urbana. São Paulo: Interciência, 1978.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- _____. Espaço e método. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual – natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas – a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993..